

ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ENTRE O RURAL E O URBANO

Maria Amália **Silva Alves de Oliveira**¹

Introdução

A área da Cidade do Rio de Janeiro denominada e conhecida por Zona Oeste² compreende um conjunto de diferentes bairros que se identificam a partir de uma história comum relacionada a um passado onde a produção agrícola destacou política e economicamente o local. A nomenclatura Zona Oeste é hoje mais do que uma referência geográfica, pois está aliada a uma série de representações coletivas que produz um estilo de vida que particulariza a região. Mesmo tendo passado por vários surtos de urbanização, a Zona Oeste ainda permanece para seus moradores, associada a seu passado agrícola onde representações percebidas por eles como positivas, tais como a tranquilidade, extensas áreas para moradia, resquícios de uma natureza preservada, vida pacata e proximidade nas interações sociais e representações consideradas negativas, tais como o abandono por parte do Estado, a precariedade dos serviços públicos e privados, a pobreza e ausência de refinamento de seus moradores, definem pertencimentos.

Assim sendo, a análise destas representações que favorecem o estabelecimento de identidades construídas a partir do referencial de moradia é o objeto de discussão do presente trabalho, onde se pretende demonstrar que a formação e evolução do processo de construção do espaço urbano na Cidade do Rio de Janeiro não pode desconsiderar um olhar detalhado para a denominada Zona Oeste, pois as distintas identidades que compõem o mosaico de representações coletivas sobre a Cidade do Rio de Janeiro,

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

² Localizada no extremo oeste do Município do Rio de Janeiro, a AP5 possui uma extensão territorial de 592,33 km², correspondente a quase metade do território da Cidade (48,4%). Habitualmente chamada de Zona Oeste, apesar de, a rigor, geograficamente, a Zona Oeste também incluir as regiões da AP4, a denominação passou, pelo uso popular, a identificar somente a AP5 e alguns bairros da AP4, com características sócio-econômicas parecidas a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é resultado da estreita relação entre a localização espacial e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social. Neste amplo espaço de planícies e morros, os núcleos urbanos se adensaram em torno de estações ferroviárias, alguns tão distantes do Centro da Cidade, como Campo Grande e Santa Cruz, que chegam a 70 km de distância, que se apresentam como se fossem 'outras cidades' ou cidades satélites. (Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro)

foram construídas a partir do que era e do que foi politicamente destinado a ser a Zona oeste na atualidade.

A pesquisa que subsidia a reflexão contida no presente trabalho remete-se ao projeto “Visite seu bairro” que está sendo desenvolvido desde 2010 no âmbito do Curso de Licenciatura em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), cujo objetivo é a recuperação da memória coletiva da já citada Zona Oeste, com vistas a identificação de lugares de memória³. Deste projeto inicial, por ocasião da celebração dos 450 anos da Cidade do Rio de Janeiro, foi candidatado ao Edital FAPERJ Nº 42/2014⁴ o projeto “Zona Oeste Revisitada: memória, patrimônio e turismo”, cujo objetivo, entre outros, residia em analisar o processo histórico de construção da noção de ruralidade evocado por residentes em momentos de acionamento de uma identidade que visa a fazer oposição a constituição do que é percebido como urbano na Zona em estudo.

O espaço social objeto da reflexão do presente trabalho, ao longo de muitos anos oscila entre o rural e o urbano, pois seu processo de integração econômico, social, político, cultural e ambiental foi construído em torno da ideia de natureza e da vocação agrícola, ainda não completamente apagada da memória coletiva, mesmo tendo ocorrido surtos de urbanização que se evidenciou em distintos momentos, como por exemplo, o desmembramento de fazendas centenárias em loteamentos e a criação de polos industriais.

A pesquisa demonstrou que as categorias rural e urbano não designam, no contexto estudado, espaços ou propriedades empiricamente observadas e sim, representações sociais, construídas através de reelaborações simbólicas por parte dos atores sociais, contendo símbolos e valores, tanto do que se expressa como rural como do que é considerado urbano.

Das reflexões expostas, balizadas pelo objetivo geral da pesquisa que incidia sobre a relação memória e identidade da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, concluiu-se que a referida região, situa-se em dois universos, e deficitário no

³ Segundo Nora (1993), esses lugares de memória existem no sentido material, funcional e simbólico, ou seja, têm materialidade e tangibilidade, sendo entendidos como “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”

⁴ Edital Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) Nº 42/2014 - Programa “Apoio à Produção e Publicação de Livros e DVDs Visando à Celebração dos 450 Anos da Cidade do Rio de Janeiro – 2014”

reconhecimento de seu patrimônio histórico, o grupo social no caso em tela constrói-se no hibridismo das noções rural e urbano que povoam as representações sociais locais, sendo esse o elemento de distinção que particulariza tal grupo.

Como a pesquisa ainda está em andamento, novas questões estão sendo suscitadas e observamos uma possibilidade interessante de reflexão e divulgação sobre os dados já coletados através da edição deste número de *Illuminuras*, pois a análise “sobre os processos históricos de constituição do urbano em suas diversas manifestações localizadas”⁵, surge como locus privilegiado para a apresentação “das várias maneiras com que os aspectos estruturais e simbólicos relacionados com a produção social das formas espaciais se entrelaçam com as experiências dos habitantes das cidades”⁶.

Para este fim, além do arcabouço metodológico inerente a Antropologia, tendo em vista que a pesquisa em curso está sendo conduzida através de trabalho de campo ancorado nas técnicas de pesquisa observação participante e realização de entrevistas, somou-se à elaboração desta reflexão a pesquisa de gabinete utilizando fontes típicas do método historiográfico dialogado com o referencial teórico da memória social, pois após a Proclamação da República toda uma construção simbólica foi deflagrada no sentido apagar a memória do Império e conseqüentemente do espaço social hoje conhecido como Zona Oeste, revelando como projetos políticos de planejamento de espaços urbanos funcionam em serviço da seleção de memórias.

Como parte da pesquisa que está subsidiando esse projeto, foram recolhidos depoimentos através de entrevistas realizadas com moradores dos distintos bairros que compõem o local em estudo. Da diversidade de respostas, a pesquisa anteriormente citada constatou inicialmente que no caso em tela, a memória coletiva local fornece elementos simbólicos que se tornam perceptíveis através de representações sociais a partir de um espaço que ora é interpretado com rural, ora urbano e assim, reafirmamos a proposta deste trabalho que incide sobre análise do processo histórico que fornece as bases memoriais onde se assentam as representações coletivas acerca das categorias rural e urbano constituinte da identidade dos moradores da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Trecho retirado da chamada pública para edição nº 45 da Revista *Illuminuras* tratará sobre o tema: Antropologia de cidades médias.

⁶ Idem nota 5.

Caracterizando a Zona Oeste

Zona Oeste é uma antiga denominação utilizada até os dias de hoje para definir o espaço geográfico ocupado pelos bairros que de acordo com a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ocupam as Áreas de Planejamento número 4 e número 5. A referida prefeitura não utiliza a nomenclatura “Zona Oeste”, por não dividir a cidade por zonas de habitação, mas sim, por Áreas de Planejamento.

As áreas de planejamento foram, inicialmente, conceituadas no Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro de 1976. Cada Área de Planejamento engloba algumas Regiões Administrativas, que, por sua vez, comportam alguns bairros. A zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro compreende duas Áreas de Planejamento: a AP-4 e a AP-5. A AP-4 é composta pela Região Administrativa XVI- Jacarepaguá⁷ e Região Administrativa XXIV- Barra da Tijuca⁸; já a AP-5 pelas Regiões Administrativas XVII- Bangu⁹, XVIII- Campo Grande¹⁰, XIX- Santa Cruz¹¹, XXVI- Guaratiba¹² e XXXIII- Realengo¹³.



Figura 1: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro destacando a denominada Zona Oeste.

Fonte: <http://www.encontrariodejaneiro.com.br/zona-oeste-rj/mapa-da-zona-oeste-do-rio-de-janeiro.html>

⁷ Formada pelos bairros: Anil, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire.

⁸ Composta pelos bairros: Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena.

⁹ Incluindo os bairros: Bangu, Padre Miguel, Senador Camará e Gericinó.

¹⁰ Onde estão situados os bairros de: Campo Grande, Cosmos, Santíssimo, Senador Vasconcelos e Inhoaíba.

¹¹ Com os bairros: Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

¹² Composta pelos bairros: Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba

¹³ Onde localizam-se os bairros: Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar.

A Zona Oeste é composta por 41 bairros e 10 regiões administrativas, das quais cinco fazem parte da delimitação do estudo: Bangu, Campo Grande, Realengo, Santa Cruz e Guaratiba. Cada região possui um bairro sede, que concentra a maior parte das atividades econômicas daquela região, e outros bairros menos relevantes. Apesar da região delimitada para estudo ser menos abrangente do que a Zona Oeste, a denominaremos, neste trabalho, de Zona Oeste, pois assim seus habitantes se definem e por ser uma denominação amplamente difundida no cotidiano da Cidade.

A escolha das mencionadas Regiões Administrativas como objeto da pesquisa que teve início no ano de 2010, deveu-se ao fato da Zona Oeste como um todo (AP-4 e AP-5) possuir distinto status no contexto social carioca. A AP-4 caracteriza-se por alto padrão econômico de seus moradores e por gozar de acesso a bens urbanos garantidos pelo Estado; enquanto a AP-5 particulariza-se pela ausência de tais bens e pelo modesto padrão econômico de seus habitantes. Ao optar por tomar a AP-5 como objeto de estudos, um dos problemas que se buscava analisar residia justamente na falta de acesso desta população a determinados bens que estão situados na conta de dever do Estado.

A Zona Oeste do século XVIII: o apogeu com a cana de açúcar e o empreendimento agrícola dos padres jesuítas

As terras do Campo Grande¹⁴ localizavam-se para além dos campos do Irajá e eram dotadas variados tipos de solos favorecendo a diversos usos e distintas lavouras. Datam do século XVIII a formação de fazendas e engenhos que com suas capelas e oratórios, conduziram a instituição da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, em 12 de janeiro de 1757.

Com a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a produção de açúcar amplamente estabelecida na Capitania de São Vicente, foi também estimulada através da doação de sesmarias feitas pelo Governador àqueles que desejassem instalar a lavoura da cana de açúcar nas Capitanias. Com terrenos argilosos, que melhor se prestam a referida cultura, as terras do Campo Grande designavam no século XVII, as terras que atualmente compõem os bairros de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Campo Grande, Santíssimo, Inhoaíba e Cosmos e no controle da Companhia de Jesus, tais terras localizadas para além dos campos do Irajá, foram

¹⁴ Denominação atribuída no período do sistema de sesmarias, a extensão de terras onde hoje se localiza a Zona Oeste.

iniciadas no processo produtivo que colocou as terras do Campo Grande em posição de destaque agrícola.

A organização social e produtiva produzida pelos jesuítas legou à região obras de engenharia, como a abertura de canais e a construção de diques e pontes para a regularização do rio Guandu, o escoamento dos produtos da Fazenda Santa Cruz, oriundos do cultivo da cana-de-açúcar e da produção de carne bovina, que era feito através da Estrada da Fazenda dos Jesuítas, posteriormente Estrada Real da Fazenda de Santa Cruz, que ia até São Cristóvão e se interligava com outros caminhos e vias fluviais que chegavam até o centro da Cidade.

Os jesuítas compravam fazendas e arrendavam outras próprias, mas sempre mantendo o controle total sobre a propriedade. Utilizavam mão-de-obra indígena e escrava, aplicando, contudo, um tratamento considerado mais justo para os parâmetros da época. Os escravos sob a tutela dos jesuítas tinham moradia individual, podiam dedicar dois dias da semana às suas roças e seus filhos recebiam roupas, alimentação e educação dos padres, além disso, escravos que mantinham uma boa conduta podiam criar até 10 cabeças de gado, tinham assistência moral, sanitária e de subsistência para os filhos por conta da fazenda. Como a Região era uma área nitidamente rural, os aglomerados humanos formados durante quase três séculos ficaram restritos às proximidades das fazendas e engenhos e às pequenas vilas de pescadores, ao longo da costa. Assim, a cultura canavieira contribuiu para um grande aumento populacional e de acordo com Fróes e Gelabert (2004) em toda a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, havia 14 engenhos de açúcar. No final do século XVIII, a Freguesia de Campo Grande prosperava.

A Zona Oeste do século XIX: a Família Real conferindo prestígio a região

Com a expulsão dos jesuítas, a fazenda, assim como suas demais propriedades, foi confiscada pelo governo português e ficou subordinada ao Vice-rei. A partir daí, ela nunca mais teria a mesma eficiência administrativa do período dos jesuítas e, até a chegada da família Real, em 1808 e a conseqüente transformação do Convento dos jesuítas em Palácio de Veraneio para D. João e seu séquito, o empreendimento sofreu abalos. Dada a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, o príncipe

regente D. João se encantou pela região em estudo e escolheu os campos de Santa Cruz para passar longas temporadas.

O antigo Convento dos Jesuítas foi transformado em Palácio Real, a estrada melhorada e a fazenda passa a viver sua fase de maior esplendor, sendo visitada frequentemente, não apenas por grandes autoridades e figuras da nobreza, mas também por importantes artistas e naturalistas europeus, que passaram a vir ao Brasil incentivados por D. João. Nas viagens até a fazenda, era muito comum que o príncipe regente fosse acompanhado de grande comitiva incluindo príncipes, artistas e autoridades importantes, além de lacaios de todo tipo, ficando, boa parte dessa comitiva alojada no Engenho da Paciência, onde hoje estão localizados os bairros de Paciência e Cosmos, sendo uma das ilustres hospedes Maria Graham¹⁵ que lá esteve em 1823.

Noronha Santos (1934) relata a existência de quatro pontos de hospedagem que atendiam aos viajantes ao longo da antiga estrada Real de Santa Cruz, que atravessava a cidade do Rio de Janeiro ligando duas propriedades imperiais - a Quinta da Boa Vista e o Palácio Imperial de Santa Cruz. O primeiro, na localidade denominada Campinho, próximo ao atual bairro de Madureira; o segundo, no Realengo do Campo Grande; o terceiro, na Venda do Santíssimo; o quarto na Fazenda do Mato da Paciência.

Para orientar os viajantes que iam até Santa Cruz, e também para uso administrativo, foram colocados, ao longo da Estrada Real de Santa Cruz, marcos de cantaria, definindo as doze léguas do centro da cidade até Santa Cruz. Estes marcos foram substituídos por outros, com a inscrição P.I e o ano 1825. Gozando o prestígio que a presença real conferia as terras de Santa Cruz, a região viveu momentos de glórias sendo o palco de ocorrências como as inaugurações da primeira agência fixa dos Correios do Brasil, em 1842, e do matadouro, em 1881, além de ter o único hangar de dirigíveis do mundo, construído em 1936.

O cultivo da cana de açúcar cujo objetivo era o mercado externo até o fim do período Imperial, foi a economia responsável pela sustentação de uma nobreza local do século XVII e XVIII. A cultura da cana de açúcar no Rio de Janeiro não foi abandonada quando seu iniciou a cultura do café. Ela foi declinando pela falta de força de trabalho escrava, desviada para as minas de ouro e diamante. Soma-se a esse aspecto a concorrência de outras regiões com melhores condições de produção. Por último, a

¹⁵ Maria Graham (1785-1842). Escritora inglesa Maria Graham é a mais conhecida entre os viajantes estrangeiras que estiveram no Brasil no século 19. Deixou consideráveis manuscritos onde retratam suas impressões sobre o cotidiano brasileiro.

abolição da escravatura foi o elemento decisivo para a o fim de uma cultura já em declínio nas terras do Campo Grande.

A Zona Oeste nos primórdios da Primeira República: o poder político dos senadores locais

Findo o ciclo da cana de açúcar na região, inicia-se o ciclo do café. O cultivo do café nas terras do Campo Grande tiveram maior destaque na Fazenda do Mendanha e trouxe um breve período de opulência para região que veio posteriormente perder sua supremacia para os atuais municípios de Vassouras e Resende. A partir da segunda metade do século XIX, a área começou a se adensar com a implantação, em 1878, de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Campo Grande.

Desde finais do século XIX, políticos da atual Zona Oeste, representantes do poder rural e que influenciavam importantes decisões acerca do papel que deveria ter a capital frente ao poder federal, se destacaram. A importância desse grupo político, conhecido como “Grupo Triângulo”, resultava da sua influência política na região principalmente por ocuparem importantes cargos na administração municipal e federal, o que lhes conferiam um papel decisivo nas eleições municipais e distritais.

De acordo com Mota e Peixoto (2006) foi nos primórdios da Primeira República que surgiu a força política chamada Grupo Triângulo¹⁶, composto por lideranças locais da área de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Tal grupo, interpretado por seus adversários políticos como uma “misteriosa força”, nos momentos decisivos das eleições, arregimentava um número considerado de eleitores, decidindo assim, eleições importantes no âmbito federal e municipal. Apoiado em dados de Américo Freire, retirados do livro “Uma capital para a República” Mota e Peixoto (2006), informam que este grupo era liderado por Augusto Vasconcelos, político de Campo Grande e Raul Barroso, político de Guaratiba, sendo eles os representantes da zona rural do terceiro distrito na Câmara dos Deputados. A forte coesão dos grupos atuantes já denunciava as fraudes eleitorais promovidas pelo grupo que tinha como seu líder o “Dr. Rapadura”, cognome dado por José do Patrocínio ao líder Augusto Vasconcelos. Felipe Cardoso Pires, outro integrante do Triângulo, foi diretor do Matadouro de Santa Cruz, cargo que

¹⁶ De acordo com a referência citada no trecho onde consta a sinalização desta nota, o nome Triângulo, deve-se a configuração geográfica semelhante a um triângulo relativa aos bairros aos quais pertenciam os políticos citados.

lhe dava visibilidade e forte poder, pois era ele quem controlava o fornecimento de “carne verde¹⁷” para toda a capital, assinando contratos com firmas de entregas, sem quaisquer licitações, em prol do bom relacionamento com as firmas e pela manutenção do poderio do Grupo Triângulo.

Com o decorrer da política na Primeira República, nova dinâmica se configura a partir do enfraquecimento político do grupo Triângulo, fato que coloca fim a um “Era dos Senadores da Zona Oeste” e inaugura um período de “apagamento de uma memória” que relacionava a região ao regime monárquico. O processo de apagamento da memória do Império materializa-se a partir de um projeto de zoneamento urbano explícito no Decreto nº 1.185 de 4 de janeiro de 1918, tal Decreto dividiu a cidade do Rio de Janeiro em três zonas: urbana, suburbana e rural. Com base no Boletim da Prefeitura do referido ano, é possível perceber que o critério oficial para este zoneamento incidiu sobre a topografia, pois nota-se que o mencionado Boletim informa que devido a topografia irregular da cidade, o que ficou convencionado como zona urbana foi a parte “mais central, mais antiga, mais importante da cidade, ora plana ou de suave declive para o mar, ora montanhosa extremamente elevada em curtos pontos dessa região” (Boletim da Prefeitura, 1928: 26).

A instituição deste decreto transformou aproximadamente 70% da área correspondente à zona rural do Distrito Federal em área suburbana, projetou uma nova cidade quanto ao seu traçado urbanístico ideal, determinando os usos da terra, a reserva de áreas verdes buscando o controle da expansão e do adensamento urbano. Ações estratégicas para um Rio de Janeiro que começava a se organizar para as celebrações do centenário da Independência que caminhou em paralelo com a construção da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro e a valorização das representações que tal região carrega.

A partir da década de 1920, iniciou-se a ocupação de Copacabana, sendo impulsionada pela construção do Hotel Copacabana Palace, pelo denominado Túnel Velho, ligando Botafogo a Copacabana, e pela instalação de uma linha de bonde integrando todo o bairro (a linha data do final do século XIX). Até então, o bairro de Copacabana, localizado na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro situava-se na condição de isolado areal à beira-mar; entretanto, as circunstâncias políticas da ocasião somadas aos projetos de construção de nova identidade para a Capital da República, interesses imobiliários e “modernização” do espaço urbano elegem o bairro como aquele que seria

¹⁷ Termo que denomina carne fresca, oriunda de gado recém-abatido.

um local de moradia associado a prestígio e distinção social. Tal proposta, em termos simbólicos, foi construída narrativamente associada à cultura praiana e assim, uma elite sofisticada que se percebia moderna passou a habitar o bairro, instalando ali bases comportamentais e simbólicas que particularizam toda a Zona Sul do Rio de Janeiro (O'Donnell, 2013).

Essa Zona Sul evocava um ideal de natureza, mas esta se diferenciava em muito da representação de natureza existente na Zona Oeste. Enquanto na Zona Sul das primeiras décadas do século XX associava-se a uma natureza a ser contemplada, desfrutada e, posteriormente, como local onde o lazer e a exibição de corpos ganharam destaque no símbolo maior da região, isto é, a praia; a natureza da Zona Oeste estava associada a produção, ao trabalho e sustento.

Retornando a Zona Oeste, com a expansão urbana sobre o espaço rural em decorrência do Decreto 1.185, torna-se ainda mais visível o enfraquecimento da influência política de grupos ligados ao poder rural no Rio de Janeiro, como o Grupo Triângulo, sendo essa a principal consequência política do citado decreto. Outra consequência do decreto foi a diminuição drástica do que era denominado de rural, pois de 70% do município do Rio de Janeiro caiu para 15% da totalidade do território carioca. Com a transformação em a maior parte da antiga zona rural em suburbana, ocasionando com isso o aumento do imposto predial, o valor do mesmo foi dobrado e o Estado duplica sua arrecadação através da mudança da condição da área, permitindo construções de uma forma mais extensa, principalmente para fins residenciais, o que favoreceu enormemente o setor imobiliário.

Apesar do Decreto 1.185 apresentar como critério oficial para o novo zoneamento da cidade do Rio de Janeiro, a topografia, autores como Peixoto (2006) e Mota & Peixoto (2006) argumentam que uma análise daquele decreto sugere que o Estado, em sua instância municipal, tomou para si a tarefa da intervenção urbanística não somente fornecendo concessões e fiscalizando serviços, como antes e sim, abrindo ao mercado imobiliário a opção de investimento o que acelerou o processo de urbanização das regiões criadas. Desta forma, o processo de urbanização da Zona Oeste se inicia refletindo ainda uma disputa entre grupos políticos, pois o campo político carioca enfrentava uma batalha pela autonomia política em relação ao poder federal. Desde finais do século XIX, políticos da zona oeste, representantes do poder rural e que influenciavam importantes decisões acerca do papel que deveria ter a capital frente ao

poder federal. A importância do Grupo Triângulo resultava da sua influência política na região principalmente por ocuparem importantes cargos na administração municipal e federal, o que lhes conferiam um papel decisivo nas eleições municipais e distritais.

A “consagração da vocação agrícola”: o ciclo da laranja

As disputas políticas inerentes aos grupos que apoiavam a monarquia ou a república influenciavam politicamente a região; entretanto, a economia local ia se mantendo apoiada na agricultura e assim, após o fim do ciclo do café, destaca-se em uma nova atividade, a citricultura. Desde os primeiros anos do século XX e até os anos 40, Campo Grande e outros bairros da atual Zona Oeste foram considerados como grandes produtores de laranjas, fato que rendeu a região a alcunha de “Citrolândia”. (Silva e Gamarski, 2010).

A passagem por distintos ciclos agrícolas consagrou a imagem da atual zona Oeste da cidade como o celeiro do Distrito Federal. Essa representação é fortalecida pelo próprio Poder Público que a partir dos anos 20, através do decreto 2441, de 26/01/1921 e 1536 de 07/04/1921 estabeleceu a criação da Colônia Agrícola e Granja de Criação da Prefeitura, localizada em Guaratiba, que torna-se, então, Fazenda Modelo para desenvolver atividades para melhoria da qualidade da produção agrícola do Distrito Federal, além de criar várias escolas rurais na região (Mota, 2007). Até o ano de 1948, vinte e seis escolas rurais haviam sido criadas, nos bairros de Santíssimo, Realengo, Senador Camará, Campo Grande, Magarça, Vila Eugênio, Covanca, Padre Miguel, Emboabas e Guaratiba. De acordo com Mota (2007), a criação da Fazenda Modelo, de um Matadouro Modelo e da educação rural, demonstra as intenções do Estado em institucionalizar a região como área rural da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que estabelece um projeto de organização e controle sobre ele, ao determinar as diretrizes para a educação rural.

Os ciclos agrícolas pelos quais passaram a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro apoiaram-se em ações do governo Imperial. Entre essas ações, temos a implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II, datada de meados do século XIX que contribuiu tanto para desenvolver a olericultura e a citricultura como para urbanizar a região correspondente a sua área de plantio. A instalação da linha férrea contribuiu para consolidar uma frente agrícola com base na pequena e media propriedade. As freguesias

de Campo Grande e Guaratiba possuíam propriedades menores em comparação com as de Santa Cruz. Nesse sentido o desenho espacial que vigorou até o século XIX regulado pelas grandes fazendas foi gradativamente alterado por interesses de um mercado interno de alimentos e de terra.

De acordo Weyrauch (2013) com o "ciclo da laranja" na Zona Oeste entrou em um período de extrema decadência com o advento da Segunda Guerra Mundial. Como não havia como a produção ser escoada, visto que as rotas de exportação foram afetadas pelo conflito, as frutas não eram colhidas, permanecendo por longos prazos nos pés, amadurecendo e, conseqüentemente, apodrecendo. Dado o ocorrido, uma praga se instalou nos laranjais. Um inseto chamado "mosca do Mediterrâneo" começava a dizimar as plantações. Como resposta dos agricultores, veio a decisão de utilizar inseticidas para resolver tão fatídico problema. Mas o resultado não ocorreu como o esperado, pois, os produtos químicos presentes no inseticida praticamente destruíram o elemento natural que protegia as laranjas da fumagina, não deixando chances para a sobrevivência das plantações. As terras dos laranjais, desvalorizadas e estigmatizadas pelo fracasso, foram postas à venda por preços irrisórios durante a década de 1950. Dessa forma, a Zona Oeste deixava de ser famosa por sua importância fruticultora e as grandes extensões de terras destinadas a agricultura vão progressivamente sendo transformadas em loteamentos.

O processo de urbanização da Zona Oeste

O fim do ciclo da laranja favorece a urbanização definitiva da Zona Oeste com o apagamento gradativo dos traços rurais que a marcaram durante longos anos, pois na década de 1960, a especulação imobiliária avança na região a ponto de degradar as atividades agrícolas. Esse período pode ser apontado como sendo o que marca a crise da identidade local tendo em vista que de área rural, passa a ser considerada eminentemente urbana, deteriorando-se com o afluxo de grandes massas populacionais.

Para Maria Sarita Mota e Fabio Costa Peixoto (2006) no caso da Zona Oeste, o Decreto nº 1.185 implementou uma proposta de se utilizar a região como um eixo da expansão urbana da cidade, propiciando a diversos setores urbanos (como companhias loteadoras e empresas fornecedoras de infraestrutura urbana), uma boa opção para seus investimentos e, posteriormente, uma maior rentabilidade do capital investido. Desta

forma, a intervenção da municipalidade apresenta-se como um Estado que se caracterizou por intervir no espaço e enfatizam que um olhar mais apurado sobre essa forma de gerir o espaço revela que o principal objetivo que não foi o de atender aos anseios da população da Zona Oeste, mas sim de criar condições favoráveis para o escoamento dos produtos cultivados na região e, posteriormente, em criar condições para os agentes imobiliários.

A partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais em Campo Grande e Santa Cruz, resultando na instalação de grandes empresas, como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, a fábrica francesa de pneus Michelin e a Valesul, entre outras. O processo de intensa ocupação da zona oeste acelerou-se a partir dos anos de 1970, com a segregação sócio espacial que fez dos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, lugares de forte investimentos imobiliários voltados para a classe média alta e classe média.

Neste processo de produção do espaço urbano carioca, o Estado se mostrou presente de formas distintas nas duas regiões. Na Zona Sul, sua presença se dá na dotação da infraestrutura necessária para a ocupação das classes altas e na Zona Oeste, se fez presente pela precariedade de tais serviços. Ambas construções simbólicas não podem ser analisadas em separado, pois constituem uma relação de complementariedade por fazerem parte de um mesmo projeto de construção de espaço urbano.

Assim, a Zona Oeste foi tratada e percebida como um imenso campo a ser loteado e a receber camadas da população de outras partes da Cidade oriundas dos diversos processos de remoção de favelas existentes na Zona Sul. Diante desse processo de urbanização, que revela uma política de adequação da Zona Oeste as necessidades de outras regiões, evidenciando uma inserção em posição de dependência em um processo mais amplo de desenvolvimento social, econômico, político e urbano; temos o diagnóstico que revela que a despeito do crescimento populacional, ou seja, o sucesso da política imobiliária planejada, o Estado inseriu de forma dependente a região em tela e, conforme aponta os dados de Rovere (2009), que ao analisar a oferta de serviços públicos e privados na Zona Oeste, nos permite observar os seguintes aspectos:

- a) Oferta de emprego – a região apresenta crescimento populacional, mas gera poucos empregos locais;
- b) Uso do solo – caracterizado pela existência de extensas áreas onde predominam assentamentos que podem ser classificados de várias maneiras, tais como: irregulares, clandestinos, ilegais, precários ou inapropriados;
- c) Transporte – a região caracteriza-se pela falta de integração e complementaridade entre os modos existentes. Há uma forte participação do denominado transporte alternativo, sendo esse, dominado por milícias;
- d) Rede viária – sua hierarquia não é preservada e o tráfego de carga e de passageiros de passagem se mistura ao tipicamente local, provocando congestionamentos, desestruturando e despersionificando ruas e bairros;
- e) Segurança – a falta de segurança aparece como um dos principais problemas da região, junto ou logo atrás de logística, transporte público e educação/capacitação;
- f) Educação – O diagnóstico e as propostas na área de educação revelam a ausência de uma maior correlação entre as necessidades e potencialidades da região e os cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio e superiores existentes. Na verdade os cursos em funcionamento visam muito mais a atender a demanda existente na cidade do Rio de Janeiro do que a local. Segundo a pesquisa de Rovere (2009) que orienta essa reflexão, uma análise puramente técnica dos cursos oferecidos sugere que não houve uma preocupação com o atendimento às demandas econômicas locais, e nem uma relação mais direta com o parque industrial já instalado. No que diz respeito aos cursos superiores existentes, um primeiro aspecto que chama atenção é a carência de cursos de bacharelado em engenharia na Zona Oeste. Os dados da autora anteriormente citada destacam ainda que há a predominância da área de saúde na oferta de cursos de nível superior e uma outra área de concentração é a área ligada às carreiras do magistério.

A questão da violência também foi estudada por Rovere (2009) e a esse respeito, concluiu-se que a Zona Oeste é uma das áreas do município com maior incidência de crimes contra a vida, detêm um acentuado crescimento dos crimes contra o patrimônio nos últimos anos. Somados a forte presença de milícias, a ausência de policiamento.

Por fim, de acordo com dados recolhidos lazer na Zona Oeste, pelo Grupo de Pesquisa Lazer e Minorias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerando o quadro nacional, poderia ser afirmado que o Rio de Janeiro é uma

cidade privilegiada por apresentar um grande número de opções de equipamentos culturais, contudo, segundo os dados, o que caracteriza a distribuição desses equipamentos é a desigualdade da oferta dos mesmos pelos bairros que compõem a cidade do Rio de Janeiro. Os autores do estudo que subsidiam a questão colocada apresentaram um panorama da distribuição absoluta e relativa dos itens considerados como equipamentos culturais, tais como cinemas, museus, centros culturais, parques e florestas, bibliotecas e teatros; tendo utilizado como para a checagem dois parâmetros metodológicos por eles desenvolvidos.

A conclusão foi a grande desigualdade na distribuição na distribuição destes equipamentos pelas Áreas de Planejamento (APs) 4, indicando que a diferenciação sociocultural se revela também espacialmente, pois a cidade dispõe de 440 equipamentos, assim distribuídos: museus - 15%; bibliotecas - 10%; centros culturais - 10,9%; parques e florestas - 3,6%; teatros - 27%; salas de cinema - 33,4% e a distribuição destes equipamentos pela cidade apresenta-se da seguinte forma: 23,9% do total estão localizados na AP1; 42% na AP2; 15,9% na AP4, enquanto que 13,6% estão situados na AP3 e apenas 4,5% na AP5.

Paralelamente, o IBGE aponta o crescimento em até 150% da população dos bairros da Zona Oeste, que recebeu entre os anos 2000 e 2010 cerca de 278 mil moradores. Esse cenário de crescimento do número de habitantes nos bairros da AP5 complica ainda mais o acesso aos equipamentos culturais e favorece uma situação de desigualdade e exclusão a cultura e ao lazer. Ainda nesse panorama, as políticas públicas de cultura e lazer não tem conseguido promover ações que garantam o acesso ao desenvolvimento humano em todas as suas manifestações.

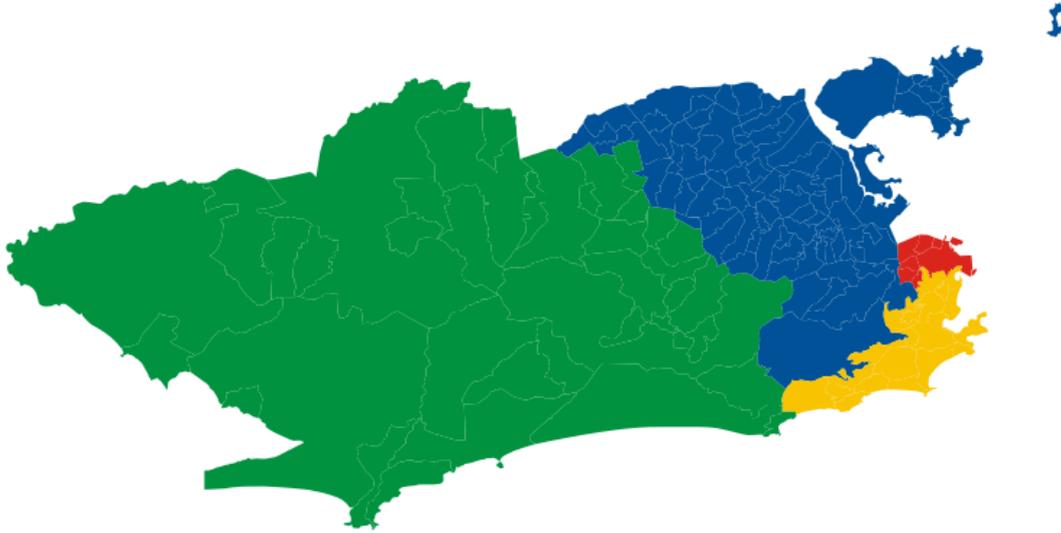


Figura 2: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro em Zonas.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Zoneamento_da_Cidade_do_Rio_de_Janeiro.svg

Legenda: Verde: Zona Oeste; Amarelo: Zona Sul; Azul: Zona Norte; Vermelho: Zona Centro

O rural no contexto urbano da zona oeste: a memória coletiva em ação

A Zona Oeste, junto com a Baixada Fluminense, foi a maior produtora de laranjas do país no período citado. Pessoas que viveram na época costumam comentar com saudade este período de riqueza e prestígio que o bairro viveu e cuja decadência começou com a Segunda Guerra Mundial, quando a economia dos países que importavam a laranja brasileira se voltou para a produção de armamentos. “o transporte da laranja era feito nos trens da Central do Brasil ou por caminhões, estes passavam repletos sob os gritos da garotada que pedia laranja aos ajudantes e aos meninos nos barracões pediam pregos e madeiras para seus brinquedos. A garotada adorava as folhas de papel de seda importada da Finlândia, usadas para envolver as laranjas que serviam também para pipas e balões” (Revista número 5 do Instituto Campo-grandense de Cultura – ICC, artigo não assinado. Mansur, 2008).

A citação anterior sintetiza memórias evocadas por moradores no intuito de trazer para o momento presente experiências passadas. Le Goff (2003) considera que “*a oposição entre passado e presente é essencial na aquisição da consciência do tempo*” (: 13) e Halbwachs (2006) define lembrança como uma reconstrução de um passado a partir de dados que se apoiam no presente. Diante da necessidade de aquisição da consciência de tempo mencionada por Le Goff, o trabalho de reapropriação do passado se apoia em resquícios que são a base do processo de rememoração e assim, vestígios, relíquias, testemunhos, discursos atuam como fonte de evocação e reconstruções futuras. Neste sentido, conforme sugere Candau (2011), tais resquícios “servem de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado,

e, em particular, a ilusão de continuidade” (: 158-9). Este reservatório é onde está assentada a base do sentido de identidade, organizada na releitura dos resquícios do passado.

Concordando com a ideia de que a memória é um dos pilares em que se funda a identidade e que rememorar é um trabalho empreendido socialmente no intuito de revisitar e revisar o passado utilizando elementos do presente, operando desta forma como um olhar para o agora, a seletividade da memória atua, entre outras formas, afetivamente, pois não é possível evocar todas as lembranças do grupo, dada a própria dinâmica do processo inerente ao ato de lembrar e esquecer.

No caso da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, as entrevistas realizadas chamaram a atenção para aspectos que evocavam uma memória cujos *resquícios* apoiam-se no acionamento de valores que são inerentes ao rural, como pode ser observado nos trechos seguintes:

... Minha família se mudou para a zona oeste quando eu tinha quatro anos... todos os amigos dos meus pais moravam em bairros da zona norte, da zona sul e em Jacarepaguá... meus pais e esses amigos que eram todos do trabalho deles costumavam se encontrar com frequência, tipo uma vez por mês na casa de algum deles... Nunca entendi porque o encontro que acontecia aqui em casa era sempre o da festa junina e uma vez, perguntei isso durante o encontro deles. Um desses amigos respondeu: “porque as festas juninas são festas que acontecem na roça... minha mãe logo disse que a casa tinha quintal com espaço para fazer fogueira, para ficar a céu aberto... Depois de muito tempo é que vim entender que a Zona Oeste é tratada como ‘roça’...”¹⁸ (Informante M., ex-moradora, funcionária pública).

Acho sossegado... a vida aqui mais barata e fácil... tudo é mais devagar, sem correria¹⁹. (Informante I., residente em Campo Grande, dona de padaria)

Acho aqui tranquilo, não tem aquele burburinho da cidade... as casas de moradia ficam bem longe das ruas de trânsito de carro...²⁰ (Informante T., residente em Campo Grande)

Aqui tudo é perto e é seguro. Vou onde preciso à pé, sem medo... todo mundo se conhece mesmo...²¹ (Informante A., residente em Campo Grande)

Para mim, tirando os transtornos dos transportes, não tenho o que reclamar. Onde eu moro, as pessoas são bem simpáticas, prestativas, todos se dão bem... uma verdadeira família. Em relação a comércio também não tenho reclamações...²² (Informante E., residente em Realengo, dona de casa)

¹⁸Trecho retirado de entrevista aberta coletada em trabalho de campo realizado para as pesquisas dos projetos “Visite seu bairro” e “Zona Oeste Revisitada: memória, identidade e turismo”

¹⁹Idem nota número 18.

²⁰Idem nota número 18.

²¹Idem nota número 18.

²²Idem nota número 18.

Para mim é muito bom, lugar onde estou acostumado com tudo e que tenho tudo o que preciso... faço minhas festas sempre em céu aberto, em sítios... onde mais a gente pode desfrutar de uma coisa dessas no bairro onde mora?²³ (Informante C.E., residente em Guaratiba, funcionário público).

Fico mais perto da natureza, o silêncio traz muito equilíbrio. O espaço que temos aqui em Guaratiba é uma das melhores coisas e o bairro ainda pode crescer muito mais, porque tem espaço... Minha casa tem quintal grande, com árvores e estou construindo uma piscina. No meu quintal já pareceu até cobra...²⁴ (Informante C., residente em Guaratiba, operária do setor de controle de qualidade de uma grande indústria localizada no bairro de Campo Grande).

Para mim, morar na Zona Oeste é um prazer muito grande, principalmente morar em Campo Grande... Aqui é um lugar autossuficiente em termos de comércio, não tem violência e sempre foi um celeiro de grandes músicos... Eu sou muito orgulhoso por ser nascido e criado em Campo Grande... A natureza aqui ainda é bem preservada, mas não há ações do poder público na conservação da natureza... Eu adoro a Zona Oeste... Amo! Acho um lugar charmoso.²⁵ (Informante M.A., residente em Campo Grande, professor da rede pública de ensino).

Conforme demonstra Medeiros (2017), na identificação de espaços habitados por pequenas comunidades humanas, com valores e história comum que giram ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio regido por práticas econômicas, culturais e fundadas sobre a proximidade, o convívio, a ajuda e a cooperação; assim, na perspectiva do presente trabalho, ruralidade está sendo entendida não pelo viés que a relaciona com as atividades agrícolas e sim, como um particularismo deste grupo cultural, cuja identidade é acionada através de uma memória coletiva permeada por valores que historicamente foram associadas ao mundo rural.

Beskow (2010) ao analisar as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo destaca que nestas representações, homens e animais seguem um ritmo imposto pela natureza que se contrapõe a dinâmica de espaços onde esta se apresenta em outro ritmo, como por exemplo, as cidades. As cidades obedeceriam a um ritmo artificial, pautado pelo horário do trabalho em fábricas e tudo que fornece suporte a tal atividade, entre eles os transportes, os tipos de moradias, o enfraquecimento da convivência diária não motivada pelo trabalho fabril. Neste contexto, os sons produzidos na cidade não são os que resultam dos animais, o tempo não é o das estações do ano e as relações não são estabelecidas com base na proximidade.

²³ Idem nota número 18.

²⁴ Idem nota número 18.

²⁵ Idem nota número 18.

No intuito de demonstrar que as representações coletivas sobre campo e cidade são amplamente reafirmadas no âmbito das narrativas de projetos de nação, Beskow (2010) reproduz parte da fala do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo Getúlio Vargas, Alexandre Marcondes Filho, proferida em entrevista concedida ao programa Hora do Brasil:

(...) clima da agitação, da pressa, da concorrência entre os homens, do embate dos interesses imediatos. A vida botânica desaparece, para dar lugar à floresta humana, à aridez dos asfaltos, ao mundo mecânico. Pode se transitar meses e meses sem percorrer um trecho de terra, pisando, apenas, cimento e pedra. Ninguém mais sabe da lua. O urbanismo padroniza as estações. O ruído não cessa. No jogo dos interesses, o salário é uma peleja de cada jornada. A cidade é um monstro moderno, devorando a energia e a saúde dos que não sabem defender-se. (...) Não se lida com o tempo, mas, com os contratempos. A sofreguidão, a inventiva, a rapidez, a atenção, a resistência psíquica constituem elementos indispensáveis ao triunfo (Marcondes Filho, 1942: 358).

Pelo exposto é possível perceber que em oposição ao campo, a cidade é percebida como o lugar onde a natureza se artificializaria devido ao ritmo de seus conteúdos de produção da vida social; já o campo é percebido como lugar de calma e serenidade, cujo ritmo é profundamente marcado pelas condicionantes da natureza. Os conteúdos da produção social desta lógica é que permeiam o universo rural e orientam ruralidades, enquanto noção de cultura associado a tal representação coletiva.

Oliveira (2012) ao discutir o conceito de representações coletivas sublinha que o conceito de representações coletivas mantém, em termos teóricos semelhanças com o conceito de fato social apresentado por Durkheim. Para este autor, fato social é definido por Durkheim a partir da ênfase nos aspectos coercitivo e imperioso; enquanto as representações sociais, por serem forjadas no cotidiano das interações sociais, não carregam em si o caráter de ênfase na coerção, embora tal como os fatos sociais, as representações sociais são coletivas e exteriores. O autor acrescenta “Empiricamente, as representações sociais podem representar qualquer coisa, ou seja, qualquer objeto pode ser mentalmente representado. As representações são assim funções mentais.”

O conceito de representações coletivas implica no entendimento de que socialmente, os homens sintetizam o que pensam e entendem sobre si mesmos e sobre a realidade em que estão envolvidos. Nesse sentido, as representações coletivas podem ser interpretadas como uma forma de conhecimento socialmente produzida, resultante de esforço coletivo e assim, se distanciam das representações individuais e revelam a existência de um grupo social produtor de ações dotadas de significado intimamente

relacionado às representações coletivas do grupo. Não sendo reduzidas aos indivíduos, as representações coletivas são fruto da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si, ultrapassando e adquirindo realidade e autonomia próprias. Nesta linha de raciocínio, as representações coletivas, enquanto conceito é ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais. (Oliveira, 2012)

Aspectos inerentes ao que é socialmente classificado como rural aparecem referenciadas no cotidiano dos moradores promovendo a manutenção da imagem da região como rural, pois como demonstrado, as referências remetem a um espaço físico abundante ainda habitado por animais: “encontrei uma cobra no meu quintal”; festas características da cultura rural: “as festas juninas eram sempre realizadas aqui em casa...” e uma natureza que evoca um saudosismo de algo que está se perdendo: “a natureza aqui ainda é preservada”. Assim sendo, a Zona Oeste é percebida como espaço da natureza, ou melhor, de uma representação de natureza que é a construída em oposição a do espaço urbano barulhento, artificial e limitante que estaria presente em outras regiões da Cidade. A reafirmação destas representações coletivas manifesta-se cotidianamente na vida social do morador da Zona Oeste, reforçando assim, uma visão sobre si que está em constante conflito com os *resquícios* do processo de urbanização pelo qual a região passou e sobre o qual não há uma memória coletiva positiva construída, pois tal processo se deu através da noção de ausência.

Trechos de entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo revelam o alcance da representação coletiva acerca do urbano interpretado como ausência do Estado:

Evidentemente que a região sofre muitas mazelas. Milícia²⁶ dominando o transporte alternativo, saneamento não existe na periferia, transporte precário... bancos são sempre cheios em qualquer lugar... Eu falo por Campo Grande que é bem diferente de toda a Zona Oeste, excetuando Barra Recreio e Jacarepaguá. Uma coisa gritante é a diferença entre os dois lados do túnel da Grota Funda... Esse túnel divide os dois lados da Zona Oeste. Um jornal, só não me lembro qual, fez uma matéria sobre o novo asfalto e a obra em si. Foram 270 buracos no asfalto com menos de um ano da inauguração e o detalhe é que todos os buracos estavam do túnel para cá... As praças foram postas abaixo para obras eleitoreiras. Isso tem me revoltado há tempos...²⁷ (Informante M.A., morador de Campo Grande, professor da rede pública de ensino).

²⁶ De acordo com Silva (2010) A década de 90 foi marcada pela ampliação do poder dos grupos organizados do tráfico de drogas e pela ampliação das atividades de um grupo que assumiu grande importância na dinâmica criminosa da região metropolitana do Rio de Janeiro: as milícias. Interpretadas, no início do século XXI, como “mal menor”, as milícias são grupos dirigidos por integrantes das forças de segurança – policiais militares, civis, bombeiros militares e agentes penitenciários. Seus integrantes passaram a ser visibilizados especialmente a partir de 2007, quando começaram a ser reprimidos pelo, então, novo governo estadual.

²⁷ Idem nota número 18.

Para mim, ser morador da Zona Oeste é ser um cidadão com direitos secundários. É como se fôssemos uma casa e a Zona Sul fosse a sala de estar. E aqui o quartinho onde se esconde o que não deve ser mostrado... Acho que é isso... Aqui é muito mais quente que a Zona Sul... As pessoas passam mais tempo no transporte... Mas os ônibus bons, com ar condicionado, não ficam aqui. Aqui é onde mais precisa de ensino público, e as melhores escolas não estão aqui. Aqui tem menos policiamento por cidadão. Aqui é onde está quase 40% da força de trabalho, mas só absorve 6% dos empregos formais... Enfim, poderia enumerar muitas coisas...²⁸ (Informante D., morador de Bangu, professor universitário).

Significa ter que enfrentar os problemas de localidade rural, com falta de urbanização e também os problemas de cidade grande. Fazer parte, legalmente, do Rio de Janeiro, mas na prática e no trato com os moradores de outras áreas ser tratado como de outra cidade. Quem vive por lá mesmo, se acostumou com certas coisas. Nem sabe que outros lugares não se anda mais de 500 metros nem se espera mais que 10 minutos para pegar um ônibus. Que não se espera mais de 30 minutos na fila do banco, que aliás tem em qualquer esquina. Muitas opções de comida delivery. Consultórios que funcionam até mais tarde e que se consegue marcar consulta em tempo menor. Eu só acho o seguinte, cada um tem o seu gosto, mas se fosse tão bom morar lá, as pessoas não iam pagar fortunas para ficar amontoadas ao menos na zona norte. Por isso que a zona norte tem mais favelas...²⁹ (Informante I.C., ex moradora da Zona Oeste, funcionária pública).

Morar na zona oeste é morrer de um calor de 50 graus, sem água (gargalhada)”³⁰ (Informante M., moradora de Bangu, funcionária pública).

Assim, no contexto em estudo, as categorias rural e urbano não designam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais, construídas através de reelaborações simbólicas por parte dos atores sociais e que contem valores e símbolos do que é considerado rural e urbano. Sendo as categorias rural e o urbano representações sociais e, portanto, sujeitas a reelaborações e ressemantizações que vão variar conforme o universo simbólico a que se referem.

No caso da Zona Oeste, o rural é um elemento que explica esse grupo social, pois é a partir dele que o grupo se identifica e apresenta sua identidade em oposição a uma urbanidade não assumida. Evidencia-se através desta “*identidade rural*” o compartilhamento de uma memória coletiva que se manifesta através de um modo de ser, um modo de viver mediado pelo território e pela cultura. O acionamento do rural faculta a esses moradores a produção de um conhecimento sobre si mesmos percebida na diferença o lugar social que ocupam.

Neste sentido, sendo a “*identidade rural*” da Zona Oeste uma construção social contextualizada, pautada em natureza reflexiva resultante de como estes sujeitos internalizaram e tem externado sua condição sociocultural presente, está é reflexo da

²⁸ Idem nota número 18.

²⁹ Idem nota número 18.

³⁰ Idem nota número 18.

condição herdada de seus antepassados, pois encontramos no processo complementar entre memória e esquecimento, as bases do rural com que se identificam os moradores da região.

Halbwachs (2004) afirma que nossas lembranças são fortalecidas e apoiadas nas lembranças dos outros, e que o reforço destas lembranças está no contato com aqueles que as viveram conjuntamente. Assim, o que mantém a nossa memória é o fato de nunca estarmos sozinhos, pois vivemos em sociedade e, conseqüentemente, sempre fazemos parte de algum grupo social, cuja existência consolida a nossa memória. Para esse autor, não basta que outros nos reavivem a lembrança de algum momento que vivemos juntos: é preciso mais do que isso.

Pollak (1992), citando Halbwachs, chama atenção para a análise da memória como fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a diferentes elementos que o levam a transformações e mudanças constantes. Nesse sentido, a memória não é algo individual somente, ela é elaborada através do embate da coletividade; daí os pontos imutáveis e invariáveis dessa lembrança coletiva. Na Zona Oeste, devido a permanência de uma mesma família e/ou grupo de vizinhança em uma mesma rua ou localidade, é possível perceber algo que Pollak (1992) denominou como acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos que são vividos pelo grupo e que acabam incluindo também aqueles que não o vivenciaram: pelo fato de terem sido relevantes, de terem produzido um efeito tão retumbante, esses acontecimentos vão atingir aqueles que estavam próximos ou que se sentiram como pertencentes ao grupo envolvido.

Ainda segundo Pollak, os acontecimentos “vividos por tabela” vêm se juntar a todos os eventos que não se situam no espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Nestes casos, segundo o autor, por meio da socialização histórica e política, é possível a ocorrência do fenômeno denominado por ele como “projeção”, que vem a ser a identificação com determinado passado; e esta “projeção” é tão forte que, de acordo com Pollak, torna-se uma memória “quase que herdada”.

As identidades culturais definem-se na busca da afirmação de uma diferença e de uma semelhança, sendo sua construção resultante da identificação daqueles que apresentam traços culturais em comum e que, por isso mesmo, manifestam sentimento de solidariedade grupal. Os traços culturais comuns ao grupo que se solidariza porque tem a mesma identidade cultural não dizem respeito somente ao espaço físico, até

porque há grupos que detêm identidade cultural e não possuem ou não ocupam territórios. Os traços culturais que despertam o sentimento de pertencimento a determinado grupo é construído e identificado a partir de uma memória que o grupo elegeu como adstrita à sua própria existência.

Considerações Finais

Sendo a proposta deste número da Revista *Illuminuras* a apresentação de processos históricos de constituição do urbano em suas diversas manifestações localizadas, foi exposto o caso da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Tal denominação, que é de uso popular e cotidiano e que não reflete o âmbito oficial de classificação geográfica conferida pela prefeitura da Cidade; já carrega em si contradições por reunir dois espaços sociais percebidos de forma distinta, a Área de Planejamento 4, rica e associada ao futuro da expansão urbana da Cidade e a Área de Planejamento 5, pobre e associada ao atraso.

A Área de Planejamento 5, efetivo objeto de reflexão deste trabalho, como demonstrado, foi simbolicamente construída em oposição às concepções do urbano, pois o projeto político de construção da Cidade do Rio de Janeiro foi reestruturado nos primórdios da Primeira República. Neste contexto histórico e cultural, o enfraquecimento de forças políticas ligadas ao Império favoreceu a introdução de um novo estilo de vida associado à praia e a um novo espaço geográfico da Cidade, produzindo assim, representações sociais nas quais o considerado urbano é associado a Zona Sul. Desta forma, demais espaços geográficos da Cidade foram interpretados como suburbanos e a Zona Oeste, especialmente a que compõe a Área de Planejamento 5 foi associada ao rural.

As representações sociais sobre o rural foram politicamente exploradas, reafirmadas e atribuídas a Zona Oeste ao longo dos anos, revelando assim, o projeto de construção urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Este projeto pode ser interpretado como eficiente, pelo fato de simbolicamente o senso comum operar também por oposições que no caso em estudo se manifesta na dicotomia rural e urbano. Ao operar nessa lógica, apoiado em uma memória coletiva que remete ao que é percebido como rural atrelado a um passado de apogeu econômico e social, tais representações são evocadas memorialmente construindo narrativas onde os valores positivos daquele grupo social

assentam-se na abundância de espaço físico, em uma natureza preservada que existiria somente ali e nas relações sociais constituídas a partir de uma proximidade. Reside na seleção de uma memória específica, a do apogeu dos ciclos agrícolas, as representações sociais acerca do que é urbano e do que é rural para aquele grupo social. Assim sendo, o urbano é o momento presente manifestado pela carência de serviços públicos e o rural, os vestígios de um passado glorioso. Neste processo, a identidade de grupo se apresenta na contradição que a oposição entre urbano e rural facultam.

Referências

- BESKOW, Gabriela Carames. *A pátria é a terra: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo estado novo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFRRJ. 2010
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRÓES, Jose Nazareth de Sousa e GELABERT, OdaléaRanauroEnsenat. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: sem editora, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MANSUR, André Luís. “O velho oeste carioca: a história da Zona Oeste do Rj de Deodoro a Sepetiba do século XVI ao XXI”. Editora: IbisLibris: Rio de Janeiro: 2008
- MARCONDES FILHO, Alexandre. *A vida no campo e a vida ilusória nas cidades*. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, Julho de 1942.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Ruralidades: novos significados para o tradicional rural*. In: Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157495>
- MOTA, Maria Sarita e PEIXOTO, Fabio Costa. “O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro” In: IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.
- MOTA, Maria Sarita. “Saberes rurais: o caso da fazenda modelo e das escolas rurais do sertão carioca”. (2007)
Disponível em: www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares.” Projeto história (10). Revista do PPG-Hist/Depto. História/PUCSP, São Paulo, 1993.
- NORONHA SANTOS, Francisco. “Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação”. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.
- O’DONNELL, Júlia. *A invenção de Copacabana - Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- OLIVEIRA, Marcio. *O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares*. In: Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.
- PEIXOTO, Fábio Costa. “Ordenamento territorial e a zona oeste do município do rio de Janeiro: um breve olhar sobre a construção do território carioca durante a primeira

- metade do século XX*". In: Oculum Ensaios. Revista de Arquitetura e urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas. 2006.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- ROVERE, Renata Lèbre La. "*Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno*". Resultado de projeto de pesquisa. Junho/2009.
- SILVA, Jorge Paulo Pereira da; GAMARSKI, Elen Araújo B. "*Campo grande: algumas considerações sobre seu desenvolvimento*". In: Anais XVI encontro nacional dos geógrafos: crises, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças – diálogos e práticas – ENGE 2010. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.
- SILVA, Jailson de Souza e. "*As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas Silva*". In: seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca, realizado no mês de maio de 2010 pelo LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana/IFCS-UFRJ. Texto disponível em: www.observatoriodefavelas.org.br
- WEYRAUCH, Cleia Schiavo. *De sertão à zona industrial*. In: Revista Ágora, Vitória, n. 17, 2013, p. 13-31.

Recebido em: 20/10/2017.

Aprovado em: 15/11/2017.